



2º Simulado

Pós-Edital

**TJDFT**

**Cargo:** Técnico Judiciário | **Área:** Administrativa  
**Especialidade:** Sem Especialidade

# Simulado Especial

Simulado TJDFT Técnico Judiciário (Área Administrativa Sem Especialidade) – Pós Edital

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJDFT;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca Cebraspe.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJDFT-Técnico-01-05>

- |                |                |
|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 31 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 32 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 33 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 34 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 35 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 36 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 37 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 38 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 39 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 40 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 41 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 42 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 43 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 44 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 45 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 46 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 47 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 48 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 49 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 50 - A B C D E |
| 21 - A B C D E | 51 - A B C D E |
| 22 - A B C D E | 52 - A B C D E |
| 23 - A B C D E | 53 - A B C D E |
| 24 - A B C D E | 54 - A B C D E |
| 25 - A B C D E | 55 - A B C D E |
| 26 - A B C D E | 56 - A B C D E |
| 27 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 28 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 29 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 30 - A B C D E | 60 - A B C D E |

**CONHECIMENTOS GERAIS****PORTUGUÊS**

Fabricio Dutra

01. Assinale a opção em que a frase apresenta incoerência.

- a) Crise entre poderes ganha novos contornos.
- b) A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.
- c) As crianças estão morrendo de fome por causa da riqueza do país.
- d) Não são as crises que mudam o mundo, e sim nossa reação a elas.
- e) Temos de nos tornar a mudança que queremos ver.

02. Abaixo aparecem opiniões variadas, todas elas expressas de um modo impessoal. A citação a seguir que contém elementos de personalização é:

- a) O cumprimento dos protocolos sanitários só será possível se toda a população assumir a responsabilidade e se unir em prol do benefício de todos.
- b) Entre os 15 países pesquisados, em 8 deles, inclusive no Brasil, o percentual de pessoas que evitam sair de casa é maior que 80%.
- c) Marselha, onde eu moro, tornou-se uma cidade fantasma. Esta situação é mais do que desconfortável: ela modifica a qualidade e a própria natureza da experiência do tempo.
- d) A teoria da Evolução é novamente confrontada com as teorias religiosas da retribuição e da graça.
- e) A principal precaução é manter a ordem do dia. A nossa diretriz deve ser a procura do vínculo com a natureza.

03. Assinale a opção em que o verbo destacado possui mais de uma possibilidade de flexão.

- a) O escrivão Pero Vaz de Caminha, da armada de Pedro Álvares Cabral, legou à posteridade um testemunho raro: o do encontro de dois mundos distantes numa praia sul-americana em abril de 1500.
- b) Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro.
- c) Citam-se aqui provas testemunhais do primeiro nome do Brasil por boa razão: Vera Cruz jamais foi usado.
- d) Depois de aceitar o batismo, a maioria dos índios fugia para o mato e retornava à vida tradicional, inclusive ao canibalismo.
- e) Os acionistas, pequenos investidores, na maioria, decidiram demiti-lo em 1644.

04. No último mês de 1640, uma revolução pôs fim aos 60 anos de domínio espanhol e levou ao trono português o duque de Bragança, coroado como Dom João IV. Mas a notícia do fim da união ibérica – como é conhecido o período de submissão lusitana à dinastia espanhola dos Habsburgos – demorou a alcançar a colônia de ultramar. Os moradores da vila de São Paulo de Piratininga só tomaram conhecimento da troca de cabeças coroadas em meados de maio do ano seguinte.

A afirmativa inadequada a respeito da leitura do texto acima é:

- a) O Brasil demorou a sentir os efeitos do fim da união ibérica.
- b) A revolução aconteceu no mês de dezembro.
- c) A união ibérica foi um período de parceria e divisão do trono entre portugueses e espanhóis.
- d) A expressão 'troca de cabeças coroadas' apresenta uma representação metonímica.
- e) O texto é essencialmente informativo.

05. Se a lagosta é peixe porque se desloca dando saltos, então o canguru quando pula é uma ave.

A respeito da estruturação do pensamento de Paulo de Castro Moreira da Silva, assinale a opção que se mostra adequada.

- a) O termo 'porque' poderia grafado da seguinte forma: 'por que'.
- b) O modo com a lagosta se desloca é apresentada por meio de uma oração subordinada desenvolvida.
- c) O termo 'então' é uma conjunção consecutiva.
- d) A conjunção 'Se' apresenta valor de causa.
- e) O trecho acima pertence ao gênero fábula.

06. Sobre o texto acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) O termo crustáceo retoma, por coesão por hiperonímia, o substantivo 'lagosta'.
- b) A indústria pesqueira brasileira sempre valorizou a lagosta, daí o incômodo com o fato de os franceses chegarem para explorar.
- c) A expressão 'na surdina' significa 'em segredo'.
- d) Apesar de o barco ter sido logo liberado, instalou-se um mal-estar entre os dois países.
- e) Infere-se que a pesquisa não foi o real motivo da presença francesa em águas brasileiras por causa da lagosta.

07. Assinale a opção que esteja corretamente pontuada:

- a) Desde a morte da mãe, a princesa Leopoldina, em 1871, Pedro Augusto, morava com os avós.
- b) Os sete anos de regência levaram o país à exaustão. Revoltas explodiam em sequência nas províncias – a

Balaiada no Maranhão, a Cabanagem no Pará e no Rio Grande do Sul, que se declarara república independente.

- c) Quando Pedro II completou, 17 anos o Paço Imperial iniciou a busca por uma noiva. Não foi fácil. A aristocracia europeia receava enviar as filhas para os novos países americanos, muito instáveis.
- d) O primeiro imperador tinha pouco estudo era grosseiro no trato pessoal, mulherengo e guiado pelas emoções.
- e) No final de 1879, o governo aumentara em 20 réis (um vintém), o preço da passagem de bonde no Rio.

08. O melhor programa econômico de governo é não atrapalhar aqueles que produzem, investem, poupam, empregam, trabalham e consomem.

Barão de Mauá

Observe a expressão destacada acima e assinale a alternativa que contém termo que se relacione sintaticamente da mesma forma.

- a) Começou o combate ao charlatanismo.
- b) O dinheiro ficou disponível para investimentos.
- c) Outro estímulo para o jovem comerciante trocar de ramo foi o fim do tráfico de escravos.
- d) O jovem tornou-se sócio-gerente da empresa que trabalhava com a importação de produtos de consumo.
- e) A mãe, que casou novamente, entregou o menino e a irmã à guarda de um tio, capitão da marinha mercante.

09. Ao passo que na Europa agora mais do que nunca domina a quimera de quererem criar seres humanos 'puros', quanto à raça, como cavalos de corrida ou cães de exposição, a nação brasileira há séculos assenta no princípio da mescla livre e sem estorvo, da completa equiparação de preto, branco, vermelho e amarelo.

O tema central do texto acima é:

- a) a possibilidade de um país se desenvolver sem guerras.
- b) a intolerância religiosa.
- c) o jeito brasileiro que permite o convívio pacífico de diferenças de raça, classes, pigmentos, crenças e opiniões.
- d) a questão da aceitação de refugiados.
- e) comparação entre Brasil e mundo europeu.

10. Quando ao trecho 'a nação brasileira há séculos assenta no princípio da mescla livre', o verbo 'há' pode corretamente ser substituído por:

- a) tem
- b) têm
- c) fazem
- d) devem fazer
- e) faz

#### ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, REGIMENTO INTERNO E LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Emerson Bruno

11. De acordo com o Regimento Interno do TJDFT, NÃO constitui órgão do Tribunal:

- a) as Câmaras Especializadas.
- b) o Conselho da Magistratura.
- c) as Turmas Especializadas.
- d) o Órgão Especial.
- e) a Câmara de Uniformização.

12. De acordo com a Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios, o TJDFT é composto por:

- a) 40 Desembargadores
- b) 42 Desembargadores
- c) 44 Desembargadores
- d) 46 Desembargadores
- e) 48 Desembargadores

13. De acordo com o Regimento Interno do TJDFT, a Câmara de Uniformização de Jurisprudência do Tribunal é composta:

- a) pelo desembargador mais antigo das Turmas Cíveis, que a presidirá, e pelos dois desembargadores mais antigos de cada uma delas.
- b) pelo desembargador mais antigo das Turmas Cíveis, que a presidirá, e pelos dois desembargadores mais antigos de cada uma delas.
- c) pelo desembargador mais antigo das Turmas Criminais, que a presidirá, e pelos dois desembargadores mais antigos de cada uma delas.
- d) pelo desembargador mais antigo das Turmas Cíveis, que a presidirá, e pelos cinco desembargadores mais antigos de cada uma delas.
- e) pelo desembargador mais moderno das Turmas Cíveis, que a presidirá, e pelos três desembargadores mais antigos de cada uma delas.

14. Conforme previsão do Regimento Interno do TJDFT, o Conselho Especial do Tribunal é composto por:

- a) 18 Desembargadores
- b) 20 Desembargadores
- c) 21 Desembargadores
- d) 25 Desembargadores
- e) 11 Desembargadores

15. Nos termos do Regimento Interno do TJDFT, o Conselho da Magistratura é composto:

- a) pelo Presidente do Tribunal, pelo Primeiro Vice-Presidente, pelo Segundo Vice-Presidente, pelo Corregedor da Justiça e por mais 05 Desembargadores eleitos pelo Conselho Especial.
- b) pelo Presidente do Tribunal, pelo Primeiro Vice-Presidente, pelo Segundo Vice-Presidente e pelo Corregedor da Justiça.
- c) pelos cargos de direção e mais 04 Desembargadores eleitos pelo Tribunal Pleno.
- d) pelo Presidente do Tribunal, pelo Primeiro Vice-Presidente, pelo Corregedor da Justiça e mais 05 Desembargadores eleitos pelo Conselho Especial.
- e) pelo Presidente do Tribunal, pelo Primeiro Vice-Presidente, pelo Segundo Vice-Presidente, pelo Corregedor da Justiça e pelo Vice-Corregedor Geral de Justiça.

**PROVIMENTO GERAL DA CORREGEDORIA E  
PROVIMENTO JUDICIAL APLICADA AO PROCESSO  
JUDICIAL ELETRÔNICO**

Tiago Zanolla

16. Em uma determinada relação processual, foi necessário expedir uma carta de guia. A carta guia, além dos requisitos legais, precisa conter diversas informações.

Assim, considere:

I – data da suspensão processual, quando determinada nas hipóteses do § 3º do art. 89 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e do art. 366 do Código de Processo Penal.

II – informações sobre substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

III – informação sobre a ocorrência de pagamento de fiança, hipótese em que deverá ser encaminhada cópia da guia de depósito.

IV – informação sobre a homologação de acordo de não persecução penal, incluindo as datas de homologação e de rescisão.

V - informação sobre vítimas e testemunhas.

Segundo o Provimento Geral Da Corregedoria Aplicado Aos Juízes E Ofícios Judiciais, são requisitos da carta de guia:

- a) Apenas os itens I, II e III.
- b) Apenas os itens I e II
- c) Apenas os itens IV e V
- d) Apenas os itens I, II, III e IV.
- e) Todos os itens

17. Jonas é Juiz do TJDFT e designou audiência de instrução e julgamento para o dia 17 de novembro. Em 16 de outubro os autos foram atribuídos a Jonas, servidor do juízo, o qual verificou que as partes ainda não tinham sido intimadas da audiência.

Nessa situação hipotética, à luz do Provimento Geral Da Corregedoria Aplicado aos Juízes e Ofícios Judiciais, avalie

a) Jonas poderá expedir e encaminhar o mandado de intimação, pois não há prazo para encaminhamento à Central de Mandados quando se tratar de audiências.

b) Jonas poderá expedir o mandado, pois está dentro do prazo de encaminhamento à Central de Mandados quando se tratar de audiências.

c) Jonas não poderá expedir o mandado, pois só pode ser expedido com antecedência máxima de 30 dias da data de realização do ato.

d) Jonas não poderá encaminhar o mandado, pois só pode ser encaminhado com antecedência máxima de 10 dias da data de realização do ato.

e) Jonas poderá encaminhar o mandado, pois pode ser encaminhado com antecedência mínima de 30 dias e máxima de 90 dias da data de realização do ato, salvo se a lei ou a urgência justificarem prazo diverso.

18. O direito à devolução das custas processuais prescreve, a partir da data do recolhimento, em

- a) 30 dias
- b) 90 dias
- c) 24 meses
- d) 3 anos
- e) 5 anos

19. Segundo o Provimento Judicial Aplicado ao Processo Judicial Eletrônico, os prazos que se vencerem no dia da ocorrência da indisponibilidade serão prorrogados para o dia útil seguinte, quando:

a) a indisponibilidade, se ocorrida entre as 6h00m e as 23h00m, for superior a 60 minutos, ininterruptos ou não.

b) a indisponibilidade, se ocorrida entre as 6h00m e as 23h00m, for superior a 30 minutos, ininterruptos.

c) a indisponibilidade, se ocorrida entre as 6h00m e as 24h00m, for superior a 60 minutos, ininterruptos ou não;

d) a indisponibilidade, se ocorrida entre as 0h00m e as 12h00m, for superior a 30 minutos, ininterruptos ou não;

e) a indisponibilidade, se ocorrida entre as 23h00m e as 24h00m, for superior a 30 minutos, ininterruptos ou não;

20. Segundo o Provimento Judicial Aplicado ao Processo Judicial Eletrônico, considera-se como data da publicação \_\_\_\_\_ ao da \_\_\_\_\_ da informação no Diário da Justiça Eletrônico. Os prazos processuais terão início no \_\_\_\_\_ considerado como data da publicação.

Preenche corretamente as lacunas:

a) o primeiro dia seguinte / disponibilização / primeiro dia útil que seguir ao

b) o primeiro dia útil seguinte / disponibilização / primeiro dia útil que seguir ao

c) o primeiro dia útil seguinte / disponibilização / primeiro dia que seguir ao

d) o primeiro dia útil seguinte / publicação / primeiro dia útil que seguir ao

e) o primeiro dia seguinte / envio / primeiro dia que seguir ao

**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS  
HUMANOS E DE GESTÃO PÚBLICA**

Elisabete Moreira

**21.** O governo empreendedor, adotado na administração pública gerencial, caracteriza-se como um governo que pertence à comunidade. Nesse caso, aponte a alternativa correta.

- a) Aproximando-se do modelo tradicional burocrático, o governo empreendedor pretende controlar a economia, possuir empresas ou concentrar-se no “fazer” em ampla escala, estimulando a ação e a parceria da sociedade.
- b) A ação catalizadora do governo empreendedor promove a atuação conjunta dos setores público, privado e voluntário.
- c) A gestão empreendedora no setor público pressupõe a hierarquia de decisão e a responsabilização.
- d) O empreendedorismo governamental possui como foco a ação empresarial com o propósito de geração de lucros para a administração pública, a exemplo da exploração de atividades comerciais pelas empresas estatais.
- e) A gestão pública empreendedora fundamenta-se no aumento da produtividade e do rendimento das empresas públicas, de modo a gerar maior receita para o Estado.

**22.** Considere as seguintes características de um processo de avaliação de desempenho:

- I. apreciar sistematicamente o desempenho de cada pessoa no cargo e o seu potencial de desenvolvimento futuro;
- II. definir, prioritariamente, a demissão do empregado, com base no seu desempenho no cargo;
- III. localizar problemas de supervisão de pessoal e de integração do empregado à organização.

SOMENTE está correto o que se afirma em

- a) I.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) III.

**23.** Suponha que determinado órgão da Administração pública no afã de implementar uma ação estratégica definida a partir de ampla consulta pública e que, de fato, beneficiou um enorme contingente de cidadãos, tenha extrapolado significativamente os custos adequados à sua consecução. Verificou-se que a ação foi concluída no cronograma previsto, porém, em razão de falhas de gestão, demandou gastos adicionais com pagamento de horas-extras e aditamentos contratuais. Não obstante, ao final, atendeu aos anseios da população, beneficiando um significativo contingente de cidadãos. Diante desse cenário, pode-se concluir que a atuação do referido órgão público mostrou-se:

- a) ineficaz, ineficiente e não efetiva, pois estes parâmetros somente podem ser aferidos conjuntamente, a partir do binômio resultado/custo.
- b) eficaz e eficiente, na medida em que atendeu à finalidade pública almejada, sendo dispensada a avaliação de custo.
- c) eficiente, porém não efetiva, sendo esta última uma medida exclusivamente de adequação custo-benefício da ação.
- d) dotada de efetividade, porém carecendo de eficiência, eis que não apresentou a melhor aplicação aos insumos aplicados.
- e) ineficiente, porém eficaz e não efetiva



**24.** A aplicação da metodologia de gestão por competências nas organizações públicas pressupõe uma etapa de mapeamento de competências, que

a) identifica as principais deficiências técnicas dos colaboradores da organização, a fim de promover programas de treinamento e capacitação eficientes.

b) é realizada ao final do processo, como resultado (*output*) das melhorias implementadas pelo processo de formação dos colaboradores e adequação dos processos de trabalho.

c) corresponde a uma análise externa, identificando as referências de boas práticas no segmento de recursos humanos a serem transpostas para a organização.

d) consiste na prospecção dos melhores profissionais disponíveis no mercado, que devem ser recrutados como disseminadores de conhecimento na organização.

e) deve ser realizada no início do processo, juntamente com a mensuração, tendo por escopo identificar as competências técnicas e comportamentais necessárias para cada uma das atividades da organização.

**25.** Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais podem ser objeto de emendas parlamentares. Sobre o tema, é correto afirmar que:

a) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa e de operação de crédito.

b) as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas ainda que não haja total compatibilidade com o plano plurianual.

c) se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de

diretrizes orçamentárias, os montantes relativos às emendas impositivas individuais e de bancada não poderão ser objeto de limitação de empenho.

d) quando a transferência obrigatória da União para a execução da programação das emendas impositivas individuais e de bancada for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, independará da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal.

e) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos os provenientes de anulação de despesa de serviço da dívida.

#### **NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

Adriane Fauth

**26.** Marcelo deseja requerer uma certidão perante determinada repartição pública, mas possui algumas dúvidas quanto ao exercício desse seu direito, para dirimi-las, consulta um advogado que lhe informa corretamente que:

a) O remédio constitucional que protege o direito de certidão é o mandado de segurança.

b) O direito de obter certidão tem como finalidade a defesa de direitos e a defesa contra ilegalidade ou abuso de poder.

c) O direito à obtenção de certidões tem como finalidades a defesa de direitos e o esclarecimento de situações de interesse de terceiros.

d) O direito à obtenção de certidões em repartições públicas depende do pagamento de taxas, pois trata-se de prerrogativa de todas as pessoas.

e) O remédio constitucional destinado a proteger o direito de certidão é o habeas data.

27. O partido político INOVA, recém-criado, procurou sua assessoria para saber se, nos termos da Constituição, faziam jus aos recursos do fundo partidário, bem como acesso gratuito ao rádio e televisão, para disputarem a primeira eleição com os seus filiados. A sua assessoria informou que o direito dependeria do preenchimento de uma cláusula de barreira e respondeu corretamente que:

- a) Terão direitos a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, os partidos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas;
- b) Terão direitos a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, os partidos que obtiverem, nas eleições para a Senado Federal, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas
- c) Terão direitos a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, os partidos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas e tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
- d) Terão direitos a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, os partidos que tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
- e) Ao eleito por partido que não atingir a cláusula de barreira é vedada a filiação a outro partido que os tenha atingido.

28. O Tribunal de Justiça do Estado Alfa, ao julgar recurso de apelação, julgou válida lei local que fora contestada em face de lei federal. Nesse caso, exauridas as instâncias ordinárias e preenchidos os demais requisitos exigidos, o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado Alfa é suscetível de ser impugnado mediante:

- a) reclamação, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal;
- e) recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

29. Os servidores de determinado órgão do Poder Judiciário do Estado XX indignados com a não realização, pelo quinto ano consecutivo, da revisão geral anual, contrataram advogado para saber qual autoridade ou órgão deveria elaborar o projeto de lei e quais as consequências pela sua não elaboração. O advogado respondeu corretamente que a iniciativa é privativa do:

- a) governador do Estado, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- b) Tribunal de Justiça, e a não apresentação do projeto gera direito subjetivo a indenização;
- c) governador do Estado, e a não apresentação do projeto não gera direito subjetivo a indenização, mas devem ser declinadas as razões pelas quais não propôs a revisão;
- d) Tribunal de Justiça, sendo que a apresentação do projeto é ato essencialmente discricionário, de natureza política, que não carece de fundamentação e é insuscetível de controle;
- e) governador do Estado, sendo que a apresentação do projeto é ato essencialmente

discricionário, de natureza política, que não carece de fundamentação e é insuscetível de controle.

**30.** João e Maria, irmãos, durante um almoço de família, no domingo, travaram intenso debate sobre as características do Distrito Federal.

Ao final concluíram, à luz do previsto na CF, que:

- a) O Distrito Federal, apesar de ente federado dotado de autonomia, possui algumas estruturas de poder e órgãos que são organizadas e mantidas pela União, tais como o Poder Judiciário e as polícias do Distrito Federal.
- b) O Distrito Federal é a capital federal
- c) O Distrito Federal pode ser dividido em Municípios
- d) O Distrito Federal não possui competência concorrente, mas que pode suplementar a legislação federal no que couber.
- e) O Distrito Federal acumula as competências administrativas reservadas aos Estados e Municípios.

**31.** Logo após a decretação do isolamento social por conta da pandemia, na cidade de Gama começaram a ocorrer assaltos noturnos. Os meliantes invadiam a casa e se encontrassem os moradores acordados, eles eram amarrados e colocados em um cômodo da casa, enquanto o grupo levava todas as coisas de valor. Revoltados com a situação, os moradores decidiram criar uma associação. Alguns requisitos foram estabelecidos para o ingresso, dentre estes, que o associado tivesse registro de porte de arma, a qual seria utilizada diariamente nas atividades internas e externas dos associados, e que o associado utilizasse o uniforme da associação.

Analisando a situação à luz do ordenamento jurídico, a Associação Gama:

- a) só poderia funcionar mediante prévia autorização do Poder Público;
- b) não poderia funcionar, em razão do seu nítido caráter paramilitar;
- c) poderia funcionar independentemente de prévia autorização, pois é assegurada a liberdade de associação;
- d) só poderia funcionar mediante lei, previamente editada, disciplinando o funcionamento de associações com essas características;
- e) não poderia funcionar, pois a ordem constitucional atualmente não reconhece o direito de associação.

#### **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

Antônio Daud

**32.** A respeito dos atos administrativos, considere:

I - O silêncio administrativo, quando referente a atos de conteúdo discricionário ou vinculado, pode ser submetido ao controle judicial.

II – O objeto do ato administrativo pode ser discricionário, sendo que o vício nesse elemento será, em regra, sanável.

III - Atos compostos necessitam da conjugação de vontades de dois ou mais diferentes órgãos ou autoridades.

Está correto o que se afirma em:

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e II, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I, apenas.

**33.** Suponha que João foi condenado criminalmente por sentença judicial proferida pelo magistrado José, juiz de Direito do Estado Alfa. Considerando que tal condenação se deu por

erro judiciário, causando incontáveis danos a João, é correto afirmar que, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF):

- a) o Estado Alfa responderá objetivamente pelo dano causado.
- b) o Tribunal de Justiça e o magistrado responderão objetivamente, perante João, pelo dano causado que lhe foi causado.
- c) o Estado Alfa e o Tribunal de Justiça respondem solidariamente, perante João, pelo dano causado que lhe foi causado.
- d) o Estado Alfa não responde pelo dano em questão, dado tratar-se de ato praticado no exercício da função jurisdicional típica, na qual não incide a responsabilidade estatal.
- e) o Estado Alfa responde pelo erro judiciário, devendo indenizar João, independentemente da existência de dolo ou culpa por parte do magistrado.

**34.** Ao se detectar infração grave praticada por servidor público federal, enquadrada no art. 132 da Lei 8.112/1990 como punível com pena de demissão, após a devida apuração dos fatos, a autoridade administrativa

- a) está exercendo poder de polícia administrativa.
- b) não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa da demissão.
- c) pode aplicar a demissão, ainda que a apuração tenha ocorrido exclusivamente por meio de sindicância.
- d) sujeita-se ao prazo prescricional de cinco anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.
- e) deverá absolver o acusado, quando houver decisão judicial que inocente o servidor por insuficiência de provas quanto à sua autoria.

**35.** Assinale a alternativa que menciona hipótese de dispensa de licitação prevista na Lei 14.133/2021 (“nova lei de licitações e contratos”):

- a) objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- b) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- c) contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual.
- d) aquisição de medicamentos destinados ao tratamento de doenças raras.
- e) construção de estabelecimentos penais.

**36.** Segundo dispõe a Lei 9.784/1999, aplicada ao âmbito distrital por força da Lei 2.834/2001, a decisão coordenada:

- a) poderá ser utilizada exclusivamente no âmbito da Administração direta, nas decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- b) poderá ser utilizada em quaisquer decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, órgãos ou entidades.
- c) poderá ser utilizada no âmbito da Administração Pública nas decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- d) poderá ser utilizada quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, sendo que sua adoção requer despacho motivado, proferido antes da decisão de mérito.

e) será convocada pela autoridade máxima do órgão ou da entidade que tiver maior responsabilidade na condução da matéria em exame ou, na impossibilidade de sua definição, pela autoridade de mais alto nível hierárquico entre os órgãos e as entidades que participarão da decisão.

**37.** É correto afirmar que o departamento de gestão de pessoas da autarquia Beta caracteriza a prestação de serviços de forma:

- a) centralizada-desconcentrada.
- b) centralizada-concentrada.
- c) descentralizada-desconcentrada.
- d) descentralizada-concentrada.
- e) centralizada-descentralizada.

### NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Mario Godoy

**38.** A Lei X foi publicada em 15 de janeiro de 2021, sem estabelecer prazo para sua entrada em vigor. Ocorre que, em 2 de junho de 2021, entrou em vigor a Lei Y, que revogou expressamente a Lei X. Finalmente, em 4 de novembro de 2021, foi publicada a Lei Z, que revogou a Lei Y.

Com relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) A vigência da Lei X se iniciará dentro de 45 dias após sua promulgação oficial.
- b) Se a obrigatoriedade da Lei X for admitida em país estrangeiro, o início de sua vigência se dará, nesse país, após o transcurso de 90 dias, a contar da respectiva publicação.
- c) A revogação da Lei Y pela Lei Z acarretará automaticamente a reconstituição da Lei X.
- d) A reconstituição da Lei X somente ocorrerá se a Lei Z dispuser expressamente sobre a possibilidade.

e) A reconstituição não é aceita pelo ordenamento jurídico brasileiro.

**39.** Joana espera um filho de Lucas. Recentemente, foi publicada na rede social de Augusto uma série de ofensas atingindo a honra de Joana, inclusive com referências indecorosas ao seu filho que está para nascer.

Com relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O Código Civil brasileiro adota a teoria concepcionista, ao reconhecer a titularidade de direitos em favor do nascituro, de modo a se considerá-lo dotado de personalidade jurídica.
- b) É viável o pleito reparatório de danos morais em favor Joana, mas não do nascituro.
- c) O nascituro poderá ser parte autora na ação reparatória por danos morais.
- d) Somente após o nascimento com vida, será possível ao filho de Joana ingressar com ação reparatória por danos morais contra Augusto.
- e) O pleito reparatório por danos morais prescreve em 5 anos.

**40.** João é servidor público, lotado no Município de Anápolis. Porém, mora com sua esposa em Pirenópolis, deslocando-se todos os dias ao local onde exerce suas atividades funcionais. Seus filhos menores moram na casa da avó, em Brasília. No último mês, estando de férias, João resolveu reunir toda a família e celebrou contrato de locação por temporada tendo por objeto um imóvel situado em Goiânia. No referido contrato, elegeu-se como foro de eleição para dirimir litígios o Município de Alexânia.

Com relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) Para efeitos legais, o domicílio de João é Anápolis.
- b) Para efeitos legais, o domicílio de João é Pirenópolis.
- c) Durante o período de férias, o domicílio de João será Goiânia.
- d) A escolha do foro de eleição pode se dar por escrito ou verbalmente.
- e) O domicílio dos filhos menores de João é Brasília.

**41.** Roberto separou dez por cento do seu vasto patrimônio e resolveu constituir, por ato entre vivos, a Fundação de Apoio à Criança com Deficiência, com finalidade assistencial. Ocorre que, antes de se ultimar o registro do estatuto, Roberto decidiu revogar a dotação feita. Em consequência do fato, foi expedido um mandado judicial que desconsiderou a revogação, e ao mesmo tempo ordenou a incorporação do valor dotado para a fundação projetada, que passou a se constituir e a operar regularmente. Hoje, os atuais administradores pretendem realizar uma reforma no estatuto da fundação.

Com relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) A dotação destinada a constituir a fundação deve se ultimar por escritura pública.

b) O ato de dotação promovido por Roberto pode ser revogado a qualquer tempo, razão pela qual há de se reputar ilegal o mandado expedido pelo juiz que desconsiderou essa revogação.

c) A fiscalização da fundação compete ao Tribunal de Contas do Estado onde ela estiver sediada.

d) Para que se possa alterar o estatuto da fundação, faz-se mister o quórum da maioria absoluta dos responsáveis por geri-la e representá-la.

e) Havendo necessidade, a alteração estatutária pode modificar a finalidade da fundação.

**42.** Rafael colocou sua casa à venda. Integram a sala do imóvel um piso revestido de mármore, dois quadros de pintores famosos, um piano de cauda e um conjunto de sofás.

Com relação à situação hipotética, e tendo-se por referência os objetos assinalados, assinale a alternativa correta.

- a) Os dois quadros de pintores famosos classificam-se como bens fungíveis.
- b) No silêncio do contrato, a venda da casa inclui o conjunto de sofás, por serem considerados partes integrantes da sala.
- c) Se o contrato for omissivo, apenas o piso revestido de mármore estará incluso na venda da casa.
- d) Todos os objetos referidos estarão incluídos na venda, face ao princípio da gravitação jurídica.
- e) Se o imóvel for comprado por um pianista, o piano de cauda passa a se considerar parte integrante da sala, devendo acompanhar a entrega do imóvel.

**43.** Mauro é credor de Larissa da importância de R\$ 10 mil, valor referente a um aluguel vencido em setembro de 2016. Ocorre que, em setembro de 2017, Mauro e Larissa se casaram, vindo, porém, a se divorciarem em outubro de 2018.

Com relação à situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo prescricional relativo ao aluguel é de 5 anos.
- b) Com o casamento de Mauro e Larissa, o prazo prescricional foi interrompido, somente se reiniciando a partir do divórcio.
- c) Com o casamento de Mauro e Larissa, o prazo prescricional foi suspenso, somente retomando o respectivo curso a partir do divórcio.
- d) O casamento de Mauro e Larissa em nada interfere na contagem do prazo prescricional.
- e) A prescrição relativa à cobrança do aluguel consumou-se em setembro de 2021.

#### NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

**44.** No caso de ação de competência originária do Supremo Tribunal Federal, além dos embargos de declaração, em tese, é possível que seja cabível o recurso de:

- a) recurso ordinário.
- b) recurso extraordinário.
- c) agravo interno.
- d) ação rescisória.
- e) embargos de divergência.

**45.** Sobre o tema nulidades processuais, é correto afirmar que:

- a) a parte que deu causa à nulidade não pode requerer a declaração de nulidade do ato, quando inobservada forma prescrita em lei.
- b) a nulidade dos atos deve ser alegada no momento mais oportuno para a parte que percebeu o vício.
- c) a citação e a intimação são válidas ainda que não observem as prescrições legais.
- d) anulado um ato, os atos subsequentes que dele sejam dependentes só perdem seu efeito se houver pedido expresso de alguma das partes.
- e) não é viável a anulação parcial de um ato: ou se anula o todo, ou não se anula qualquer das partes.

**46.** Quando, em determinado processo, for necessária a prática de um ato processual por órgão jurisdicional estrangeiro, o instrumento legal adequado para a comunicação é:

- a) a citação.
- b) a intimação.
- c) a carta de ordem.
- d) a carta precatória.
- e) a carta rogatória.

**47.** NÃO há suspeição do juiz:

- a) que é amigo íntimo do advogado de uma das partes.
- b) que tiver recebido presentes de pessoas que tenham interesse na causa antes do início do processo.
- c) que for credor de uma das partes.
- d) que publicou artigo científico sobre a matéria discutida no processo.
- e) que tem interesse no julgamento do processo em favor de uma das partes.

**48.** Joaquim propôs ação de cobrança em face de Afonso. Na petição inicial, Joaquim manifestou desinteresse na realização de audiência de conciliação ou de mediação.

Por sua vez, Afonso também não tem interesse em realizar a audiência, motivo pelo qual protocolou nos autos pedido de cancelamento da audiência.

Nesse caso, o termo inicial do prazo que Afonso tem para contestar é o dia:

- a) do protocolo da petição inicial.
- b) da distribuição do processo.
- c) do protocolo do pedido de cancelamento da audiência.
- d) da data designada para a audiência cancelada.
- e) da data da intimação do despacho que cancela a audiência.

**49.** No caso de ação pessoal em que nem o autor nem o réu têm domicílio no Brasil, a ação deve ser proposta:

- a) no Superior Tribunal de Justiça.
- b) em qualquer foro do Distrito Federal.
- c) no foro de qualquer capital de Estado.
- d) em qualquer foro.
- e) no foro mais próximo do país de residência de qualquer das partes.

### NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

**50.** O crime de atentado violento ao pudor, a partir da vigência da Lei nº 12.015/2009, deixou de estar descrito no Art. 214 do Código Penal, mas todas as elementares passaram a integrar o tipo de estupro (Art. 213 do Código Penal). A tal fenômeno se dá o nome de:

- a) princípio da continuidade normativo-típica;
- b) abolitio criminis;

- c) extra-atividade;
- d) novatio legis in melius;
- e) ultra-atividade.

**51.** Insatisfeito com uma disputa acirrada num jogo de futebol, Ares, que contava com 17 anos e 11 meses de vida, aguarda a saída de Priapo de um curso preparatório, sequestrando seu desafeto, mantendo-o em cárcere privado por dois meses, quando o cativo é descoberto pela polícia e a vítima é resgatada. De acordo com o Código Penal, Ares deverá:

- a) responder pelo crime, em razão da teoria do resultado;
- b) responder pelo crime, em razão da teoria mista;
- c) responder pelo crime, em razão da teoria da ação;
- d) não responder por crime, em razão da teoria da ubiquidade;
- e) não responder por crime, em razão da teoria da atividade.

**52.** Constituem crimes hediondos, EXCETO:

- a) homicídio em atividade típica de grupo de extermínio praticada por um agente só;
- b) epidemia com resultado morte;
- c) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável;
- d) O crime de roubo se quando há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum
- e) lesão corporal seguida de morte, quando praticada contra integrante do sistema prisional



**53.** Constitui categoria fora do âmbito de proteção da qualificadora do “homicídio funcional”:

- a) guardas municipais;
- b) integrantes do Conselho Penitenciário;
- c) policiais aposentados;
- d) integrantes da Comissão Técnica de Classificação;
- e) Promotor de justiça.

**54.** Acerca dos crimes patrimoniais, é correto afirmar que:

- a) admite-se a continuidade delitiva entre roubo e extorsão, porquanto crimes da mesma espécie;
- b) o crime de furto não se consuma quando, após invertida a posse, o agente é perseguido pela autoridade ou pela própria vítima e o bem é reavido;
- c) o crime de extorsão mediante sequestro é material e somente se consuma com o efetivo pagamento da vantagem como condição ou preço do resgate;
- d) diferenciam-se roubo e extorsão pelo grau de colaboração da vítima: no roubo, a participação da vítima é indispensável para a obtenção da vantagem; na extorsão, o grau de participação da vítima é irrelevante para a consecução do objetivo;
- e) consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse desvigiada.

**55.** Semprônio, conhecido autor de delitos patrimoniais, convence Marcondes, estagiário do Ministério Público do Estado da Bahia, a valer-se da facilidade proporcionada pela função pública exercida e permitir o seu acesso à sede da instituição. Semprônio e Marcondes ingressam em sala-cofre contendo telefones celulares e valores em espécie apreendidos por força de operação do Ministério Público deflagrada no dia anterior, utilizando-se do crachá do estagiário, subtraindo em seguida o material sob custódia da instituição. Com base no exposto, é correto afirmar que:

- a) Marcondes não pode ser considerado como funcionário público para fins penais;
- b) o delito de peculato é próprio, razão pela qual apenas Marcondes responderá pela infração, enquanto Semprônio deverá responder somente por furto;
- c) Semprônio e Marcondes responderão por peculato, uma vez que é irrelevante a condição de funcionário público para caracterização do delito;
- d) Marcondes e Semprônio responderão pelo delito de peculato, uma vez que a condição de funcionário público do agente corresponde a circunstância inerente ao tipo penal, que se comunica ao extraneus;
- e) Semprônio e Marcondes responderão por furto, uma vez que a tipificação pelo delito de peculato tem como objeto material apenas os bens de titularidade pública.

**NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Priscila Silveira

**56.** Acerca de inquérito policial, segundo o Código de Processo Penal, o inquérito deverá terminar no prazo de:

- a) 5 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto.
- b) 5 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 10 dias, quando estiver solto.
- c) 10 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto.
- d) 15 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto
- e) 30 dias, se o indiciado tiver sido preso, ou no prazo de 90 dias, quando estiver solto.

**57.** Zeus foi vítima de lesão corporal praticado por Poseidon, sendo que o referido crime é de ação penal condicionada à representação, tendo sido apresentada a representação no prazo legal. Ocorre que, durante o processo, Zeus resolveu se reconciliar com Poseidon e o convidou para ser seu padrinho de casamento. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) É possível que Zeus retrata-se da representação, por escrito e a qualquer tempo, desde que antes de a sentença transitar em julgado.
- b) O juiz deverá absolver Poseidon, caso ele aceite o perdão concedido por Zeus.
- c) O Ministério Público deverá desistir da ação proposta, em razão de não haver mais interesse em agir.
- d) A representação feita por Zeus é irretratável, se feita no prazo, impedindo a prescrição do delito.
- e) A reconciliação entre Zeus e Poseidon não interfere no processo, desde que tenha sido oferecida a denúncia.

**58.** Em relação aos sujeitos do processo, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Não poderão ser peritos os analfabetos e os menores de 21 anos.
- b) O assistente será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar.
- c) A defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.
- d) A impossibilidade de identificação do acusado com o seu verdadeiro nome ou outros qualificativos retardará a ação penal, mesmo quando certa a identidade física.
- e) O juiz será suspeito se se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer uma das partes.

**59.** José está sendo processado pela prática do crime de furto e foi citado por edital. Caso José não compareça para se defender, nem constituir advogado, o juiz:

- a) poderá determinar a produção antecipadas das provas consideradas urgentes.
- b) deverá decretar a revelia de Jose e dará prosseguimento ao processo com a nomeação de defensor dativo.
- c) suspenderá o processo e o curso do prazo de decadencial.
- d) deverá decretar prisão preventiva de José.
- e) deverá determinar a interrupção o curso do prazo prescricional.

60. Caso um indivíduo seja preso em flagrante de delito em virtude de ter encontrado com o objeto do crime, logo depois, de ter cometido um crime de furto, está caracterizado:

- a) flagrante propriamente dito.
- b) flagrante assimilado.
- c) quase-flagrante.
- d) flagrante irreal
- e) flagrante esperado.

# Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TJDFT-Técnico-01-05>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>